



PREFEITURA DE GUARAMIRIM

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2023 – PMG

1 – PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM**, estado de Santa Catarina, situada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, representada para todos os fins de direito pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **Luis Antonio Chiodini**, por intermédio da sua Secretaria Municipal de Administração e Finanças, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO com adjudicação POR ITEM, modo de disputa ABERTO E FECHADO, sob a forma de fornecimento PARCELADO**, destinado **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR E ITENS DE HIGIENE PESSOAL, A FIM DE ATENDER AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS: ESCOLAS, PRÉS E CEIS, E AS CRIANÇAS ACOLHIDAS NO LAR DA CRIANÇA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica à modalidade Pregão, sob a égide da Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Decreto Municipal nº 1726/23 e 1727/23, e suas alterações posteriores, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2 – DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2.1. O início da sessão pública será às **08h15min** (horário de Brasília) do dia **27 de junho de 2023**, através do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3 – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente Edital: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR E ITENS DE HIGIENE PESSOAL, A FIM DE ATENDER AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS: ESCOLAS, PRÉS E CEIS, E AS CRIANÇAS ACOLHIDAS NO LAR DA CRIANÇA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)**, conforme Termo de Referência (anexo V).

3.1.1. Os **itens 01 ao 234** do objeto são destinados exclusivamente para ME, EPP e MEI, sendo que **os itens 18, 36, 37, 38, 39, 76, 79, 80, 90, 91, 92, 97, 104 e 124** são cotas de no mínimo 25% destinadas a ME, EPP e MEI;

3.1.1. Os **itens 235 ao 248** do objeto são cotas de no mínimo 75% destinados à ampla concorrência

4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico a empresa que atender a todas exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos, estando devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portalcompraspublicas.com.br.

4.2. Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. Não poderão participar deste Pregão:

4.3.1. Consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;

4.3.2. Empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.3.3. Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com o Município de Guarimir suspensa, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas para tal;

4.3.4. Empresa ou entidade que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.5. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.





5 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

5.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.1.1. A autoridade competente responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

5.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

5.2. As impugnações aos termos do Edital do Pregão serão recebidas até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal de Compras Públicas. O horário limite para recebimento das impugnações é às 23h59min da data especificada no sistema.

5.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a autoridade competente decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

5.2.2. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.3. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5.4. Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnação enviados por qualquer outro meio que não seja através do Portal de Compras Públicas.

5.5. O acompanhamento dos resultados e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no Portal de Compras Públicas, que será atualizado automaticamente a cada nova etapa do certame.

6 – DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

6.1. Serão utilizados para a realização deste certame, recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes, com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – Internet.

6.2. A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro e do Portal de Compras Públicas, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

6.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do certame deverão dispor de um cadastro prévio junto ao Portal de Compras Públicas.

6.3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.3.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Guarimir, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4. Como requisito para a participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá declarar que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas no Edital e seus anexos.

6.4.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital e na legislação vigente.

6.5. O licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para cadastrar proposta e/ou dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento, nos valores





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

e condições da referida proposta/lance, e caso essa proposta/lance seja a classificada, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

6.6. O licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8. Todos os custos decorrentes do credenciamento no Portal de Compras Públicas, da elaboração e apresentação de propostas, serão de responsabilidade do licitante.

7 – DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O acolhimento dos documentos de habilitação e das propostas eletrônicas será a partir das **9h** (horário de Brasília) do dia **14 de junho de 2023**, até as **8h14** (horário de Brasília) do dia **27 de junho de 2023**.

7.2. O licitante interessado em participar do certame deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no Edital e a proposta de preços, na forma especificada no subitem 8.1.1 e no prazo descrito no item acima.

7.3. O licitante classificado em primeiro lugar deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado e, se necessário, os documentos complementares, na forma e no prazo especificado nos itens 8.22 e 8.22.1.

7.4. O licitante que deixar de apresentar a documentação, apresentar documentação falsa ou não mantiver sua proposta, será inabilitado do certame e ficará passível da aplicação de multa, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Guarimir.

8 – DOS PROCEDIMENTOS

8.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, a proposta de preços em conformidade com o item 7, até a data e hora estabelecidos, quando, então, se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.1.1. Os documentos de habilitação e a proposta de preços deverão estar preferencialmente no formato PDF.

8.1.1.1. Caso não seja possível abrir o arquivo por questões técnicas, serão abertas diligências a fim de sanar os vícios.

8.1.1.2. Caso seja solicitado reapresentação do documento, este deverá estar em data e horário anterior ao da abertura da sessão pública, sendo vedado documentos com emissão posterior a citada data.

8.1.2. Os documentos de habilitação e a proposta do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público somente após o encerramento da sessão pública de lances.

8.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema. Após o início da sessão pública do Pregão Eletrônico não caberá desistência da proposta e/ou do lance ofertado.

8.3. Para inserção de sua proposta inicial, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento do objeto, constante neste Edital e seus anexos.

8.3.1. No campo “MARCA” da proposta eletrônica, deverá ser especificada uma única marca para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo “diversas”, “marcas diversas”, ou quaisquer outras.

8.3.1.1. Caso seja marca própria, o campo marca deverá ser preenchido, preferencialmente, como “**marca própria**”.

8.3.1.2. Caso seja um serviço, o campo marca deverá ser preenchido, preferencialmente, como “**serviço próprio**”.





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

8.3.2. No campo “FABRICANTE” da proposta eletrônica, deverá ser especificado um único fabricante para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo “diversos”, “fabricantes diversos”, ou quaisquer outras.

8.3.2.1. Caso seja fabricante, o campo marca deverá ser preenchido, preferencialmente, como “**fabricação própria**”.

8.3.2.2. Caso seja um serviço, o campo marca deverá ser preenchido, preferencialmente, como “**serviço próprio**”.

8.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações, deverão clicar “SIM” no campo “Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência”.

8.4.1. Caso a empresa assinale a opção “NÃO”, esta será tratada sem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações.

8.5. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos do Edital e/ou que forem manifestamente inexequíveis.

8.5.1. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO** por **ITEM**, de acordo com o especificado no Anexo I.

8.5.2. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro.

8.7. Somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

8.8. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

8.8.1. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

8.9. Aberta a etapa competitiva (sessão pública de lances), o licitante poderá oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.10. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.10.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

8.11. Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas), poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro através do sistema.

8.12. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, o licitante será informado em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

8.13. A etapa de lances da Sessão Pública será no **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**, conforme art. 28 do Decreto Municipal nº 1.721/2023.

8.13.1. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 8.13.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.13.3. Encerrado o prazo de que trata o subitem 8.13.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.4. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem 8.13.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três),





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.13.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 8.13.3 e 8.13.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.13.6. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 8.13.3 e 8.13.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 8.13.5.

8.13.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 8.13.6.

8.14. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.14.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.15. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.16. Encerrada a sessão de lances, o sistema verificará a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

8.16.1. Entende-se como empate ficto, as situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

8.17. Ocorrendo o empate ficto, na forma do item anterior, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta inferior àquela considerada até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

8.17.1. Se a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual convocada não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 8.16.1, a apresentação de nova proposta no prazo previsto no item anterior.

8.18. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual satisfizer as exigências do item 8.17, será declarado o melhor classificado do item o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

8.19. O disposto nos itens 8.16 ao 8.18 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, bem como às empresas que deixarem de declarar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

8.20. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro promoverá, pelo sistema eletrônico, negociação com o licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

8.21.1. O licitante que receber solicitação de negociação deverá responder dentro do prazo estipulado na sessão pelo Pregoeiro.





8.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.21.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

8.22. Concluída a negociação, o licitante melhor classificado deverá encaminhar via sistema, através de campo próprio no Portal de Compras Públicas, a proposta adequada ao último lance ofertado (em conformidade com o item 7) e, os documentos de habilitação, no prazo de 2 (duas) horas contadas da solicitação do Pregoeiro no sistema.

8.22.1. A proposta de preços atualizada e os documentos complementares deverão estar preferencialmente no formato PDF.

8.23. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para aquisição do objeto e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

8.24. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.24.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.25. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.26. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.27. O Pregoeiro poderá suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.

8.28. O sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas disponibilizará as Atas e Relatórios, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

9 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A proposta de preços eletrônica deverá ser apresentada com base no “VALOR DO ITEM”, exclusivamente mediante o cadastramento no sistema Pregão Eletrônico, no prazo estipulado no item 7.1 deste Edital.

9.1.1. A proposta de preços deverá conter o PREÇO UNITÁRIO E TOTAL DE CADA ITEM OFERTADO, conforme unidades e quantidades mencionadas no Anexo I, expresso em reais com, no máximo, 2 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

9.1.2. Os campos “MARCA”, “FABRICANTE” e “DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM” deverão ser preenchidos de acordo com os subitens 8.3.1 a 8.3.3 deste Edital.

9.2. Deverão estar incluídas no preço e/ou lance, todas as despesas que o compõe, tais como impostos, taxas, frete, descarga, seguro e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração.

9.3. A proposta de preços preferencialmente deverá ser apresentada preferencialmente no formato PDF, em papel timbrado da empresa, contendo os dados de identificação (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para contato), e, de preferência, com a indicação do **banco**, a **agência** e respectivos **códigos e o número da conta** para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento; deverá estar assinada pelo representante legal da empresa, contendo seu nome completo, RG e CPF. Ainda deverá conter:

9.3.1. Descrição completa e detalhada de cada item classificado, especificando a marca, o modelo (se houver) e fabricante;

9.3.2. Especificação do preço unitário e total de cada item classificado, expresso em reais, com, no máximo, 2 (duas) casas decimais;





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

9.3.3. Especificação do valor total da proposta, em numeral e por extenso;

9.3.4. Declaração de que o preço proposto compreende todas as despesas referentes ao objeto do presente certame, conforme subitem 9.2;

9.3.5. Prazo de validade da proposta, não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data de sua apresentação;

9.3.6. Especificação do prazo de entrega do objeto.

9.4. No caso de serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

9.4.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.4.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.4.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.5. Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 086/2023 (MODELO ANEXO III)

10 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome e CNPJ do licitante, e em plena validade na data de abertura do certame.

10.1.1. A documentação poderá ser da MATRIZ ou da FILIAL, obedecendo a seguinte regra:

a) Se a matriz for executar o Contrato, toda a documentação deverá ser relativa a ela.

b) Se a filial for executar o Contrato, deverá ser apresentado documento da filial.

b.1) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, na forma da lei, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

10.2.1. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será válido desde que emitido no correte ano, excetuando-se na espécie o Alvará de localização e Funcionamento, quando ele tiver o prazo de validade indeterminado expressamente consignado no corpo do Alvará.

10.2.2. Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Pregoeiro.

10.2.3. O município de Guaramirim reserva-se o direito de solicitar a qualquer tempo do licitante/fornecedor a apresentação da documentação autenticada/original correspondentes aos documentos enviados para habilitação.

10.2.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.3. As declarações especificadas nos subitens 10.4.2 e 10.4.4, assim como a proposta de preços, deverão estar assinadas pelo sócio-administrador do licitante ou por seu representante legal.

10.3.1. Em caso de representante legal, deverá ser apresentado o instrumento público ou particular de procuração, com firma do outorgante reconhecida, em que conste o nome do licitante outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

amplios poderes para a formulação de propostas, para dar lance(s) em licitação pública e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

10.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por registro cadastral emitido pelo Município de Guarimir.

10.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.6. Para habilitação serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:

10.6.1. Habilitação jurídica:

- a) Prova de registro comercial e suas alterações, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações e/ou consolidação em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com prova da Diretoria em exercício e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento (ATA) de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.6.2. Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); com situação ativa;
- b) Prova de Regularidade referente a Tributos Federais e Dívida Ativa da União expedida pelo Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- e) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fornecida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho, com prazo de validade em vigor, nos termos do art. 642-A da CLT c/c o art. 68, inciso V, da Lei nº 14.133/21;
- g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ESTADUAL, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

10.6.3. A condição de **Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual**, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

- a) Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no DOU do dia 22/05/2007, **expedida no máximo a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública.**
- b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual (conforme modelo no Anexo VII).

Em se tratando de MEI (Microempreendedor Individual):

- a) Certificado do MEI obtido através do site <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>





b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual (conforme modelo no Anexo VII).

10.6.3.1. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.6.3.2. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

10.6.4. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da proponente (devem ser apresentadas todas as certidões passíveis de emissão conforme cada estado, por exemplo em SC, devem ser emitidas as negativas constantes no Sistema ESAJ e no Sistema EPROC).

10.6.5. Das Declarações:

a) Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (realizada eletronicamente no sistema do Portal de Compras Públicas);

b) Declaração de Idoneidade (realizada eletronicamente no sistema do Portal de Compras Públicas);

c) Declaração da proponente ou entidade de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (realizada eletronicamente no sistema do Portal de Compras Públicas);

d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (realizada eletronicamente no sistema do Portal de Compras Públicas).

10.6.6. Documentos pertinentes à Qualificação Técnica:

a) Alvará sanitário ou Licença de Funcionamento da empresa, expedido pelo Órgão Sanitário Estadual ou Municipal competente, compatíveis com os produtos que o licitante se propõe a fornecer;

b) Ficha técnica dos produtos ofertados, contendo a descrição detalhada dos produtos para os seguintes itens: **05, 06, 09, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 24, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 95, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 131, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 247 e 248.**

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.1.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/21, devendo o licitante manifestar





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

motivadamente sua intenção de interpor recurso.

11.1.2. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica objetivamente os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. O licitante que manifestar a intenção de recurso e ela ter sido aceita pelo Pregoeiro, disporá o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal de Compras Públicas.

11.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data final do prazo do recorrente.

11.4. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

11.6. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como aqueles encaminhados por meios que não o Portal de Compras Públicas.

11.7. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no Portal de Compras Públicas, que será atualizado automaticamente a cada nova etapa do certame.

12 – DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento da compra será efetuado por meio de depósito bancário em conta corrente fornecida pela licitante (devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito), em até **30 (trinta) dias**, contados da liquidação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestadas pelo setor competente.

12.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município de Guaramirim.

12.2.1. O pagamento à contratada somente será efetuado após a comprovação que mantém as condições de habilitação.

12.2.2. A conta bancária deve possuir o mesmo CNPJ que a emissora da nota fiscal, ou seja, caso a nota fiscal seja emitida pela matriz, a conta bancária indicada deverá ser da empresa matriz e caso a nota fiscal seja emitida pela filial, a conta bancária deve ser de titularidade da filial.

12.3. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

12.4. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

12.5. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

12.6. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

12.7. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

12.8. FICA CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA EM SUBSTITUIÇÃO À NOTA FISCAL, MODELO 1 OU 1-A, CONFORME ESTABELECIDO NO PROTOCOLO ICMS 42/09, SALVO OUTRA HIPÓTESE CONTEMPLADA NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação e homologação deste Pregão compete ao Prefeito Municipal de Guaramirim.

13.2. A adjudicação do objeto deste Pregão será por itens, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

14 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria Municipal de Educação
1	Ensino Fundamental
2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamental
3339030070000000000	Gêneros de Alimentação
1500700000000	Recursos não vinculados de Impostos
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria Municipal de Educação
1	Ensino Fundamental
2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamental
3339030070000000000	Gêneros de Alimentação
1552700000001	PNAE - Ensino Fundamental
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria Municipal de Educação
5	Educação Infantil - Pré-escolar
2074	Alimentação Escolar - Pré-Escola
3339030070000000000	Gêneros de Alimentação
1500700000000	Recursos não vinculados de Impostos
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria Municipal de Educação
5	Educação Infantil - Pré-escolar
2074	Alimentação Escolar - Pré-Escola
3339030070000000000	Gêneros de Alimentação
1552700000002	PNAE - Ensino Infantil - Pré-escola
Código Dotação	Descrição





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

	6	Secretaria Municipal de Educação
	6	Educação Infantil - Creches
	2075	Alimentação Escolar - Creche
3339030070000000000		Gêneros de Alimentação
150070000000		Recursos não vinculados de Impostos
Código Dotação		Descrição
	6	Secretaria Municipal de Educação
	6	Educação Infantil - Creches
	2075	Alimentação Escolar - Creche
3339030070000000000		Gêneros de Alimentação
155270000003		PNAE - Ensino Infantil - Creche
Código Dotação		Descrição
	6	Secretaria Municipal de Educação
	1	Ensino Fundamental
	2130	Alimentação Escolar - Educação Especial
3339030070000000000		Gêneros de Alimentação
150070000000		Recursos não vinculados de Impostos
Código Dotação		Descrição
	6	Secretaria Municipal de Educação
	1	Ensino Fundamental
	2130	Alimentação Escolar - Educação Especial
3339030070000000000		Gêneros de Alimentação
155270000004		PNAE - Alimentação Especial
Código Dotação		Descrição
	13	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
	1	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
	2154	Serviço de Acolhimento Institucional
3339030070000000000		Gêneros de Alimentação





15 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5. Fraudar a licitação

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar, e;

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Fornecedora o contraditório e a ampla defesa.

15.8. O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado no sistema, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

16 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, será o licitante vencedor convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, que deverá fazê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação.

16.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Departamento de Compras e Licitações.

16.3. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

16.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período (quando for o caso).

16.5. É expressamente proibida a participação de órgão ou entidade pública que já participe de outro SRP em andamento, ou integre outra ARP, com objetos semelhantes ao do presente SRP, nos termos fixados no art.82, inc. VIII, da Lei 14.133/2021.

17 – DO REAJUSTE:

17.1. O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 1 (um) ano.

17.1.1. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

17.1.2. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar o Município de Guarimir à variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

17.1.3. A revisão pode abranger período anterior à protocolização do pedido na via administrativa, desde que o contratado comprove que a solicitação se refere ao período compreendido entre a data da ocorrência dos fatos supervenientes previstos no art. 124, II, “d”, da Lei n.º 14.133/21, e da época da proposta ou do último reajuste ou reequilíbrio, e que o requerimento seja feito em tempo razoável, tão logo toda a documentação pertinente seja reunida pelo interessado na revisão.

17.2. O Município de Guarimir terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

17.2.1. O Fornecedor obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

17.3. Se o preço inicialmente registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o Município de Guarimir negociará com o Fornecedor sua redução.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:



PREFEITURA DE GUARAMIRIM

18.1. São obrigações exclusiva conta e responsabilidade da CONTRATADA, além do fornecimento da mão-de-obra, das ferramentas, equipamentos e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços conforme o Edital vinculado a este instrumento contratual, independentemente de transcrição, afora outras não previstas e que por lei lhe couberem, as seguintes:

18.1.1. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que causar ao Município de Guarimir e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

18.1.2. Entregar produtos novos, não podendo ser remoldados, recauchutados ou congêneres.

18.1.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, acompanhado da respectiva nota fiscal.

18.1.4. Substituir, no prazo de 3 (três) dias e sem ônus para o Município de Guarimir os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;

18.1.5. Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos.

18.1.6. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

18.1.7. Cumprir fielmente o estabelecido no termo de referência.

19 – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM:

19.1. Notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

19.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula sétima deste instrumento.

19.3. Exigir que o Fornecedor cumpra com o exposto neste Edital.

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.

20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas neste Edital.

21 – DA FISCALIZAÇÃO:

21.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

21.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

21.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

21.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

22 – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

22.1. O Fornecedor compromete-se, com relação ao disposto nesta cláusula primeira, a fornecer o produto licitado, de forma parcelada, conforme necessidade do Município de Guaramirim, rigorosamente dentro do prazo de no máximo de **03 (três) dias** após solicitação através de ordem de compra, no local a ser indicado pela Secretaria de Educação ou de Assistência Social devendo ser expedida a nota fiscal sempre que houver a execução do objeto.

23 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

23.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

23.1.1. Pelo Município de Guaramirim:

- a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o Fornecedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
- c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas na Lei federal nº 14.133/21;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Guaramirim.

23.1.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

23.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com Aviso de Recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

23.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Guaramirim, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

23.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

24 – DO PREGÃO

24.1. A critério do Município de Guaramirim, este Pregão poderá:

- a) Ser anulado, de ofício, se houver ilegalidade, ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou
- b) Ser revogado, a juízo do Município de Guaramirim, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou ter sua data de abertura transferida, por conveniência exclusiva do Município de Guaramirim e alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no art. 54 da Lei 14.133/21.

24.2. Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste:

- a) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 149 da Lei nº 14.133/21;
- b) A nulidade do procedimento licitatório induz à do Contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior; e
- c) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

25.1. É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25.2. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

25.3. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e www.guaramirim.atende.net.

25.4. Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da documentação e proposta implicará aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

25.5. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no Capítulo II-B – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

25.6. Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Especificações e quantidades estimadas;

ANEXO II – Minuta do Contrato;

ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO IV – Modelo de declaração de enquadramento como beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006;

ANEXO V – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO VI – Termo de Referência.

Município de Guarimir (SC), 15 de maio de 2023.

OSVALDO DEVIGILI

Prefeito Municipal de Guarimir em exercício





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2023 – PMG ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Cotação Max Unit	Valor Total
1	2.450	KILOGRAMA	ABACATE	7,05	17.272,50
2	3.700	UNIDADE	ABACAXI PÉROLA	9,10	33.670,00
3	1.380	KILOGRAMA	ABÓBORA MENINA	6,52	8.997,60
4	1.450	KILOGRAMA	ABOBRINHA ITALIANA	6,30	9.135,00
5	1.200	UNIDADE	AÇÚCAR REFINADO 5KG	23,45	28.140,00
6	50	CAIXA	SACHE ADOÇANTE	10,95	547,50
7	550	UNIDADE	AGRIÃO MAÇO, MINIMO DE 400 GR.	4,62	2.541,00
8	350	FRASCO	ÁGUA DE COCO 200ML	3,63	1.270,50
9	2.520	UNIDADE	AIPIM DESCASCADO CONGELADO 1 KG	8,23	20.739,60
10	2.350	PACOTE	ALETRIA COM OVOS	7,33	17.225,50
11	4.000	MAÇO	ALFACE CRESPA	3,53	14.120,00
12	300	KILOGRAMA	ALHO INTEIRO	21,93	6.579,00
13	600	PACOTE	AMEIXA PRETA SEM CAROÇO - CONFORME TERMO DE REFERENCIA	17,80	10.680,00
14	350	PACOTE	AMENDOIM	19,74	6.909,00
15	880	PACOTE	AMIDO DE MILHO (500GR)	8,85	7.788,00
16	500	PACOTE	ARROZ BRANCO EMBALAGEM 5 KG	26,99	13.495,00
17	2.200	KILOGRAMA	ARROZ INTEGRAL 1KG	5,40	11.880,00
18	875	PACOTE	ARROZ PARBOILIZADO EMBALAGEM 5 KG	23,35	20.431,25
19	2.700	PACOTE	AVEIA EM FLOCOS FINOS 200G	8,40	22.680,00
20	4.500	KILOGRAMA	BANANA BRANCA.	6,31	28.395,00
21	4.500	KILOGRAMA	BANANA NANICA	6,13	27.585,00
22	880	UNIDADE	BATATA DOCE	4,50	3.960,00
23	6.200	KILOGRAMA	BATATA INGLESA LAVADA	5,83	36.146,00
24	500	LITRO	BEBIDA DE SOJA SEM SABOR	8,23	4.115,00





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

25	2.200	KILOGRAMA	BETERRABA (CONFORME TERMO)	4,06	8.932,00
26	800	PACOTE	BISCOITO DOCE DE SABOR MAISENA	5,99	4.792,00
27	350	UNIDADE	BISCOITO SALGADO	5,04	1.764,00
28	350	PACOTE	BISCOITO SALGADO INTEGRAL	8,07	2.824,50
29	800	PACOTE	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN	13,55	10.840,00
30	1.600	KILOGRAMA	BOLACHÃO DE MEL	23,40	37.440,00
31	650	UNIDADE	BRÓCOLIS	5,73	3.724,50
32	250	PACOTE	CACAU EM PÓ 200G	27,79	6.947,50
33	1.600	UNIDADE	CAFE TORRADO E MOIDO EMBALADO A VACUO PACOTE 1/2 KG	18,73	29.968,00
34	350	FRASCO	CANELA EM PÓ - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	7,96	2.786,00
35	700	KILOGRAMA	CAQUI FUYU	11,35	7.945,00
36	3.150	KILOGRAMA	CARNE DE FRANGO, TIPO COXA E SOBRECORA.	13,72	43.218,00
37	2.625	KILOGRAMA	PEITO DE FRANGO SEM OSSO E SEM PELE - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	15,47	40.608,75
38	2.875	KILOGRAMA	CARNE BOVINA MOIDA DE 1ª QUALIDADE SEM GORDURA	35,83	103.011,25
39	2.125	KILOGRAMA	MUSCULO BOVINO SEM OSSO	30,45	64.706,25
40	5.000	KILOGRAMA	CARNE SUÍNA (PALETA S/PELE)	15,45	77.250,00
41	2.700	KILOGRAMA	CEBOLA DE CABEÇA	6,24	16.848,00
42	1.380	MAÇO	CEBOLINHA VERDE MAÇO GRANDE	3,21	4.429,80
43	2.650	KILOGRAMA	CENOURA	6,09	16.138,50
44	350	UNIDADE	CHÁ DE CAMOMILA COM 10 ENVELOPES	5,02	1.757,00
45	350	UNIDADE	CHÁ SABOR CAPIM-CIDREIRA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	5,02	1.757,00
46	350	CAIXA	CHÁ DE ERVA DOCE COM 10 ENVELOPES	5,02	1.757,00
47	600	PACOTE	CHOCOLATE EM PÓ MÍNIMO 30% CACAU - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	17,55	10.530,00
48	1.850	KILOGRAMA	CHUCHU	5,04	9.324,00



PREFEITURA DE GUARAMIRIM

49	480	PACOTE	COCO RALADO DESIDRATADO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	5,74	2.755,20
50	1.500	PACOTE	COLORÍFICO	2,80	4.200,00
51	750	UNIDADE	COUVE-FLOR	7,68	5.760,00
52	1.500	MAÇO	COUVE FOLHA	5,68	8.520,00
53	400	POTE	CREME VEGETAL SEM LEITE - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	11,85	4.740,00
54	520	POTE	DOCE DE BANANA	10,45	5.434,00
55	360	MAÇO	ESPINAFRE	3,93	1.414,80
56	5.060	LATA	EXTRATO DE TOMATE	6,18	31.270,80
57	400	KILOGRAMA	FARINHA DE ARROZ 1KG	7,61	3.044,00
58	1.620	KILOGRAMA	FARINHA DE MANDIOCA	7,27	11.777,40
59	500	KILOGRAMA	FARINHA DE MILHO	4,06	2.030,00
60	750	PACOTE	FARINHA DE TRIGO EMBALAGEM 5 KG	20,30	15.225,00
61	370	PACOTE	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL 1KG	4,94	1.827,80
62	20	PACOTE	FARINHA SEM GLÚTEN - CONFORME SEM TERMO DE REFERÊNCIA	17,15	343,00
63	1.750	KILOGRAMA	FEIJÃO CARIOCA	9,94	17.395,00
64	3.450	KILOGRAMA	FEIJÃO PRETO	8,94	30.843,00
65	520	UNIDADE	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 250G	6,91	3.593,20
66	290	PACOTE	FERMENTO BIOLÓGICO SECO	9,94	2.882,60
67	610	KILOGRAMA	FÍGADO DE FRANGO	7,09	4.324,90
68	11.000	PACOTE	FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDOS	5,93	65.230,00
69	140	PACOTE	FLOCOS DE MILHO COM AÇÚCAR	16,98	2.377,20
70	180	UNIDADE	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES	70,45	12.681,00
71	115	UNIDADE	FORMULA INFANTIL Á BASE DE PROTEÍNA DE SOJA 800G	53,40	6.141,00
72	170	KILOGRAMA	GELATINA EM PÓ, EMBALAGEM DE 1 KG, SABORES DIVERSOS (UVA, ABACAXI, MORANGO, LIMÃO) VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES, REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE,	12,00	2.040,00





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

			EMBALAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.		
73	100	PACOTE	GELATINA EM PÓ DIET - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4,45	445,00
74	350	LITRO	IOGURTE PARCIALMENTE DESNATADO.	5,92	2.072,00
75	300	GRAMA	GERGELIN	13,85	4.155,00
76	5.000	KILOGRAMA	LARANJA PERA	4,48	22.400,00
77	1.200	KILOGRAMA	LARANJA PONKAN	6,10	7.320,00
78	115	LITRO	LEITE DE COCO PRONTO PARA BEBER	13,45	1.546,75
79	5.125	CAIXA	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL	5,06	25.932,50
80	3.825	LITRO	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL ZERO LACTOSE	5,99	22.911,75
81	200	UNIDADE	LEITE INTEGRAL LONGA SEMI DESNATADO - 1 LT	4,64	928,00
82	1.400	PACOTE	LENTILHA	8,52	11.928,00
83	700	KILOGRAMA	LIMÃO TAITI.	2,78	1.946,00
84	5.635	PACOTE	MACARRÃO COM OVOS TIPO ESPAGUETE FINO	4,09	23.047,15
85	13.500	PACOTE	MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO	4,28	57.780,00
86	120	PACOTE	MACARRÃO ESPAGUETE INTEGRAL 500G	5,14	616,80
87	250	PACOTE	MACARRÃO PARAFUSO INTEGRAL	6,43	1.607,50
88	270	PACOTE	MACARRÃO DE ARROZ 500 G	5,33	1.439,10
89	50	PACOTE	MACARRÃO DE MANDIOCA	21,39	1.069,50
90	3.125	KILOGRAMA	MAÇÃ TIPO GALA OU FUJI (KG).	10,09	31.531,25
91	4.150	KILOGRAMA	MAMÃO FORMOSA	9,29	38.553,50
92	4.150	KILOGRAMA	MANGA TOMMY	7,62	31.623,00
93	1.250	POTE	MANTEIGA	11,95	14.937,50
94	650	KILOGRAMA	MARACUJÁ	9,65	6.272,50
95	900	POTE	MARGARINA	9,57	8.613,00
96	20.000	KILOGRAMA	MELANCIA	3,15	63.000,00





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

97	3.350	KILOGRAMA	MELÃO	6,59	22.076,50
98	2.200	LATA	MILHO	4,04	8.888,00
99	110	UNIDADE	MINI BOLO	4,20	462,00
100	200	PACOTE	MUCILOM/ FARINHA DE ARROZ 230G	12,53	2.506,00
101	6.000	FRASCO	OLEO DE SOJA 900ML.	9,29	55.740,00
102	220	PACOTE	OREGANO	9,93	2.184,60
103	4.900	DUZIA	OVOS VERMELHOS TIPO MÉDIO DÚZIA	11,95	58.555,00
104	20.275	UNIDADE	PÃO MINUTO 50GR	1,23	24.938,25
105	700	UNIDADE	PÃO INTEGRAL	1,28	896,00
106	670	KILOGRAMA	PERA FRUTA	12,37	8.287,90
107	370	KILOGRAMA	PIMENTÃO VERDE	9,05	3.348,50
108	520	KILOGRAMA	POLPA DE ABACAXI	30,00	15.600,00
109	600	KILOGRAMA	POLPA DE MANGA	30,00	18.000,00
110	1.050	PACOTE	POLVILHO AZEDO 500G	6,73	7.066,50
111	1.050	PACOTE	POLVILHO DOCE 500G	7,34	7.707,00
112	200	PACOTE	PÓ PARA PUDIM SABORES VARIADOS	13,99	2.798,00
113	150	KILOGRAMA	PÓ PARA PREPARO DE BEBIDAS SABOR MORANGO	8,50	1.275,00
114	2.900	KILOGRAMA	PRESUNTO COZIDO SEM GORDURA	8,64	25.056,00
115	150	PACOTE	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA (PTS) CONFORME TERMO	15,37	2.305,50
116	2.600	PACOTE	QUEIJO MUSSARELA FATIADO	8,57	22.282,00
117	350	PACOTE	QUEIJO MUSSARELA SEM LACTOSE FATIADO - CONFORME TERMO	12,00	4.200,00
118	1.200	UNIDADE	REBOLHO BRANCO	5,29	6.348,00
119	700	PACOTE	ROSQUINHA DE POLVILHO	6,90	4.830,00
120	800	MAÇO	RÚCULA	4,57	3.656,00
121	890	PACOTE	SAGU	6,79	6.043,10
122	2.550	UNIDADE	SAL REFINADO IODADO (PCT 1KG)	2,42	6.171,00
123	1.600	MAÇO	SALSINHA	3,56	5.696,00



PREFEITURA DE GUARAMIRIM

124	1.725	KILOGRAMA	SOPA DE PESCADO CONGELADA	20,95	36.138,75
125	690	LITRO	SUCO DE MARACUJÁ INTEGRAL	25,75	17.767,50
126	1.750	LITRO	SUCO DE UVA INTEGRAL	13,20	23.100,00
127	4.400	KILOGRAMA	TOMATE PARA SALADA.	7,54	33.176,00
128	920	PACOTE	UVA PASSA BRANCA	6,98	6.421,60
129	920	PACOTE	UVA PASSA PRETA	6,05	5.566,00
130	900	BANDEJA	FEIJÃO DE VAGEM	11,68	10.512,00
131	1.200	UNIDADE	VINAGRE DE ÁLCOOL, EMBALAGEM DE 900 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	2,62	3.144,00
132	250	PACOTE	ABSORVENTE FEMININO COM ABAS	9,58	2.395,00
133	120	KILOGRAMA	ABÓBORA CABUTIA	6,05	726,00
134	200	UNIDADE	ACHOCOLATADO EM PÓ 400GR	12,75	2.550,00
135	150	UNIDADE	ALFACE AMERICANA	3,89	583,50
136	90	UNIDADE	APARELHO DE BARBEAR	7,38	664,20
137	90	UNIDADE	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM	25,10	2.259,00
138	90	KILOGRAMA	BANHA	17,17	1.545,30
139	120	PACOTE	BATATA PALHA 400 GR TRADICIONAL	13,35	1.602,00
140	120	PACOTE	BATATA PRÉ FRITA EMBALAGEM DE 2KG - CONFORME TERMO	24,07	2.888,40
141	65	KILOGRAMA	BATATA SALSA	10,12	657,80
142	70	KILOGRAMA	BERINJELA	6,32	442,40
143	180	UNIDADE	BETERRABA EM CONSERVA	11,60	2.088,00
144	500	PACOTE	BOLACHA	4,64	2.320,00
145	500	PACOTE	BOLACHA WAFER DOCE	3,72	1.860,00
146	150	CAIXA	CALDO DE GALINHA	3,14	471,00
147	100	KILOGRAMA	CAQUI-CAFÉ FRUTA	8,05	805,00
148	500	KILOGRAMA	CARNE BOVINA COXÃO MOLE TIPO BIFE	39,61	19.805,00
149	100	KILOGRAMA	CARNE DE AVE/FRANGO TIPO CORAÇÃOZINHO	25,51	2.551,00





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

150	320	KILOGRAMA	CARNE DE AVE/FRANGO TIPO COXINHA DA ASA	16,00	5.120,00
151	342	KILOGRAMA	CARNE SUINA BISTECA	18,40	6.292,80
152	800	KILOGRAMA	CARNE SUÍNA TIPO PERNIL	16,85	13.480,00
153	50	PACOTE	CHOCOLATE EM PÓ 70% DE CACAU AMARGO	29,00	1.450,00
154	320	PACOTE	CHOCOLATE GRANULADO 200 GR	6,32	2.022,40
155	100	UNIDADE	CHUPETA	28,10	2.810,00
156	100	UNIDADE	CHUPETA COM BICO DE SILICONE	28,10	2.810,00
157	450	UNIDADE	CONDICIONADOR DE CABELO ADULTO	12,88	5.796,00
158	450	UNIDADE	CONDICIONADOR DE CABELO INFANTIL	22,90	10.305,00
159	800	UNIDADE	CORDON TIPO DE STICK DE PEITO DE FRANGO	2,57	2.056,00
160	22	UNIDADE	CORTADOR DE UNHAS EM AÇO CROMADO, TAMANHO PEQUENO	13,98	307,56
161	20	PACOTE	CRAVO DA ÍNDIA 10GR	4,78	95,60
162	25	PACOTE	CREME DE ARROZ	6,65	166,25
163	25	UNIDADE	CREME DE CEBOLA PREPARO EM PÓ	7,30	182,50
164	400	CAIXA	CREME DE LEITE	4,68	1.872,00
165	200	UNIDADE	Creme de pentear	11,09	2.218,00
166	800	UNIDADE	CREME DENTAL COM FLUOR + CÁLCIO DE 90 G	4,50	3.600,00
167	150	UNIDADE	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE FEMININO	10,56	1.584,00
168	150	UNIDADE	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE	10,56	1.584,00
169	100	UNIDADE	DOCE DE FRUTAS 900G	14,85	1.485,00
170	100	POTE	DOCE DE LEITE	9,80	980,00
171	25	UNIDADE	EMUSTAB 200G	11,80	295,00
172	250	UNIDADE	Enxaguante bucal 2 litro	47,65	11.912,50
173	250	UNIDADE	ERVILHA	4,25	1.062,50
174	200	UNIDADE	ESCOVA DENTAL ADULTO COM CERDAS MACIAS E COM LIMPADOR DE LÍNGUA.	12,65	2.530,00



PREFEITURA DE GUARAMIRIM

175	200	UNIDADE	ESCOVA DENTAL INFANTIL COM CERDAS MACIAS, LIMPADOR DE LÍNGUA.	12,15	2.430,00
176	60	UNIDADE	FARINHA DE TRIGO PARA KIBE 500 GR	9,17	550,20
177	60	UNIDADE	FARINHA DE ROSCA	7,72	463,20
178	60	PEÇA	FARINHA LÁCTEA 400 GR	11,96	717,60
179	100	ROLO	FILME PVC	8,35	835,00
180	300	KILOGRAMA	FILE DE PEIXE	56,26	16.878,00
181	110	PACOTE	FLOCOS DE CEREAIS	16,00	1.760,00
182	450	UNIDADE	FRANGO INTEIRO	10,12	4.554,00
183	200	UNIDADE	FORMULA INFANTIL 06 MESES	67,65	13.530,00
184	90	UNIDADE	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES COM REFLUXO, LATA COM 800G - CONFORME TERMO	78,65	7.078,50
185	230	UNIDADE	FORMULA INFANTIL EMRIQUECIDA COM FERRO.	58,40	13.432,00
186	100	UNIDADE	Gel para cabelo	8,10	810,00
187	110	KILOGRAMA	GOIABA	8,76	963,60
188	800	UNIDADE	HAMBÚRGUER A BASE DE CARNE	2,32	1.856,00
189	100	CAIXA	HASTES FLEXIVEIS COM PONTAS DE ALGODÃO, CAIXA COM 150UNIDADES.	4,07	407,00
190	100	UNIDADE	INSETICIDA DOMESTICO	13,87	1.387,00
191	100	FRASCO	KETCHUP - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	19,75	1.975,00
192	540	CAIXA	LEITE CONDENSADO	7,26	3.920,40
193	120	KILOGRAMA	LINGUICINHA DE FRANGO CONGELADA	19,87	2.384,40
194	210	KILOGRAMA	LINGUIÇA CALABRESA	17,87	3.752,70
195	60	PACOTE	LOURO FOLHA	4,46	267,60
196	320	UNIDADE	MAIONESE	7,35	2.352,00
197	80	UNIDADE	MAMADEIRA PARA CRIANÇA.	37,00	2.960,00
198	232	PACOTE	MASSA PARA LASANHA	9,10	2.111,20
199	232	PACOTE	MASSA FRESCA PARA PASTEL DISCO PEQUENO 200G	8,45	1.960,40



PREFEITURA DE GUARAMIRIM

200	100	PACOTE	MASSA PARA PIZZA	7,38	738,00
201	108	UNIDADE	MELADO	17,20	1.857,60
202	262	PACOTE	MILHO DE PIPOCA TIPO 1 (500G)	6,43	1.684,66
203	100	KILOGRAMA	MILHO VERDE ESPPIGA	6,43	643,00
204	65	UNIDADE	MOLHO SHOYO	4,52	293,80
205	265	KILOGRAMA	MORANGO EM NATURA FRUTAS	8,18	2.167,70
206	108	KILOGRAMA	MORTADELA	14,58	1.574,64
207	320	POTE	NATA	8,13	2.601,60
208	138	PACOTE	OREGANO	8,41	1.160,58
209	80	UNIDADE	PAPEL ALUMÍNIO 30CM X 7,5M	8,10	648,00
210	210	CAIXA	PAPEL COADOR Nº 103 CX C/ 30 UNIDADES CONFORME REGISTRO E LEGISLAÇÃO VIGENTE.	4,66	978,60
211	265	UNIDADE	PAPEL TOALHA BRANCO	6,62	1.754,30
212	250	UNIDADE	PEPINO EM CONSERVA	8,85	2.212,50
213	250	KILOGRAMA	PEPINO SALADA	3,97	992,50
214	320	KILOGRAMA	PINHÃO SEMENTE FRESCA	12,20	3.904,00
215	185	ROLO	PLÁSTICO PARA EMBALAR ALIMENTOS	9,58	1.772,30
216	320	UNIDADE	POMADA PARA ASSADURA	18,45	5.904,00
217	108	UNIDADE	SORVETE	26,13	2.822,04
218	30.000	UNIDADE	PÃO FRANCÊS 50 G.	1,06	31.800,00
219	84	KILOGRAMA	PESSEGO	12,85	1.079,40
220	364	UNIDADE	QUEIJO RALADO	9,59	3.490,76
221	650	UNIDADE	REFIL DE LENÇO UMEDECIDO CONTENDO 50 LENÇOS 19X11CM	13,93	9.054,50
222	23	UNIDADE	REMOVEDOR DE ESMALTE SEM ACETONA REMOVEDOR DE ESMALTE SEM ACETONA, E MBALAGEM COM 100ML.	6,72	154,56
223	84	UNIDADE	REPELENTE INFANTIL	25,70	2.158,80
224	265	UNIDADE	REQUEIJÃO A BASE DE LEITE COPO DE VIDRO	12,63	3.346,95





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

225	320	UNIDADE	SABONETE 90 GR	3,32	1.062,40
226	320	UNIDADE	SABONETE	4,02	1.286,40
227	298	UNIDADE	SABÃO DE COCO LIQUIDO	22,50	6.705,00
228	342	KILOGRAMA	SALSICHA	17,63	6.029,46
229	265	UNIDADE	SARDINHA	6,83	1.809,95
230	320	UNIDADE	SCHAMPOO	14,75	4.720,00
231	354	UNIDADE	SCHAMPOO PARA BEBÊ	14,94	5.288,76
232	375	UNIDADE	SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS	11,00	4.125,00
233	265	KILOGRAMA	UVA NIÁGARA	11,65	3.087,25
234	26	UNIDADE	Óleo hidratante para bebês	40,00	1.040,00
235	2.625	PACOTE	ARROZ PARBOILIZADO EMBALAGEM 5 KG	23,35	61.293,75
236	9.450	KILOGRAMA	CARNE DE FRANGO, TIPO COXA E SOBRECOXA.	13,72	129.654,00
237	7.875	KILOGRAMA	PEITO DE FRANGO SEM OSSO E SEM PELE - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	15,47	121.826,25
238	8.625	KILOGRAMA	CARNE BOVINA MOIDA DE 1ª QUALIDADE SEM GORDURA	35,83	309.033,75
239	6.375	KILOGRAMA	MUSCULO BOVINO SEM OSSO	30,45	194.118,75
240	15.000	KILOGRAMA	LARANJA PERA	4,48	67.200,00
241	15.375	CAIXA	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL	5,06	77.797,50
242	11.475	LITRO	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL ZERO LACTOSE	5,99	68.735,25
243	9.375	KILOGRAMA	MAÇÃ TIPO GALA OU FUJI (KG).	10,09	94.593,75
244	12.450	KILOGRAMA	MAMÃO FORMOSA	9,29	115.660,50
245	12.450	KILOGRAMA	MANGA TOMMY	7,62	94.869,00
246	10.050	KILOGRAMA	MELÃO	6,59	66.229,50
247	60.825	UNIDADE	PÃO MINUTO 50GR	1,23	74.814,75
248	5.175	KILOGRAMA	SOPA DE PESCADO CONGELADA	20,95	108.416,25
Total					3.875.628,42





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

ANEXO II PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2023 – PMG MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/202X – PMG

Aos dias do mês de de 2023, o **MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM**, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria e o Decreto Municipal nº 1.726/2023 e 1.727/2023, além das demais disposições legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas e homologação, transcurso o prazo para interposição de recursos, neste ato representado pelo seu Prefeito, o Sr. **Luis Antonio Chiodini**, a seguir denominado **Município de Guaramirim**, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) abaixo identificada(s), a seguir, denominada simplesmente **Fornecedor**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, município de _____, estado de _____, fone (____) _____-____, e-mail _____, neste ato representada pelo(a) seu(sua) _____, o(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e portador da Carteira de Identidade nº _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR E ITENS DE HIGIENE PESSOAL, A FIM DE ATENDER AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS: ESCOLAS, PRÉS E CEIS, E AS CRIANÇAS ACOLHIDAS NO LAR DA CRIANÇA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).**

1.2. Este instrumento não obriga o Município de Guaramirim a adquirir os produtos nele registrados, nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Os quantitativos, marcas e preços registrados encontram-se relacionados na tabela abaixo:

TABELA

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1. prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

4.1. O Fornecedor compromete-se, com relação ao disposto nesta cláusula primeira, a fornecer o produto licitado, de forma parcelada, conforme necessidade do Município de Guaramirim, rigorosamente dentro do prazo de no máximo de **03 (três) dias** após solicitação através de ordem de compra, no local a ser indicado pela Secretaria de Educação ou de Assistência Social devendo ser expedida a nota fiscal sempre que houver a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

5.1. São obrigações exclusiva conta e responsabilidade da CONTRATADA, além do fornecimento da mão-de-obra, das ferramentas, equipamentos e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços conforme





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

o Edital vinculado a este instrumento contratual, independentemente de transcrição, afora outras não previstas e que por lei lhe couberem, as seguintes:

5.1.1. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que causar ao Município de Guarimir e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

5.1.2. Entregar produtos novos, não podendo ser remoldados, recauchutados ou congêneres.

5.1.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, acompanhado da respectiva nota fiscal.

5.1.4. Substituir, no prazo de 3 (três) dias e sem ônus para o Município de Guarimir os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;

5.1.5. Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos.

5.1.6. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

5.1.7. Cumprir fielmente o estabelecido no termo de referência.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM:

6.1. Notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula sétima deste instrumento.

6.3. Exigir que o Fornecedor cumpra com o exposto neste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento da compra será efetuado por meio de depósito bancário em conta corrente fornecida pela licitante (devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito), em até **30 (trinta) dias**, contados da liquidação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município de Guarimir.

7.2.1. O pagamento à contratada somente será efetuado após a comprovação que mantém as condições de habilitação.

7.2.2. A conta bancária deve possuir o mesmo CNPJ que a emissora da nota fiscal, ou seja, caso a nota fiscal seja emitida pela matriz, a conta bancária indicada deverá ser da empresa matriz e caso a nota fiscal seja emitida pela filial, a conta bancária deve ser de titularidade da filial.

7.3. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

7.4. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

7.5. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

7.6. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7.7. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

7.8. O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida ao Fornecedor, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os materiais, os equipamentos, as ferramentas, os tributos, despesas decorrentes de transporte, entrega, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário ao perfeito e adequado fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços.





7.9. FICA CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA EM SUBSTITUIÇÃO À NOTA FISCAL, MODELO 1 OU 1-A, CONFORME ESTABELECIDO NO PROTOCOLO ICMS 42/09, SALVO OUTRA HIPÓTESE CONTEMPLADA NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE:

8.1. O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 1 (um) ano.

8.1.1. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

8.1.2. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar o Município de Guaramirim à variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

8.1.3. A revisão pode abranger período anterior à protocolização do pedido na via administrativa, desde que o contratado comprove que a solicitação se refere ao período compreendido entre a data da ocorrência dos fatos supervenientes previstos no art. 124, II, “d”, da Lei n.º 14.133/21, e da época da proposta ou do último reajuste ou reequilíbrio, e que o requerimento seja feito em tempo razoável, tão logo toda a documentação pertinente seja reunida pelo interessado na revisão.

8.2. O Município de Guaramirim terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

8.2.1. O Fornecedor obrigar-se-á a realizar as entregas pelo preço registrado, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

8.3. Se o preço inicialmente registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o Município de Guaramirim negociará com o Fornecedor sua redução.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

9.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão das dotações orçamentárias dispostas no Edital nº 87/2023 – PMG.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

10.1.1. Pelo **Município de Guaramirim:**

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas na Lei federal nº 14.133/21;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Guaramirim.

10.1.2. Pelo **Fornecedor:**

a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com Aviso de Recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

10.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Guarimir, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

10.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21 e do Decreto nº 1726/2023, a Contratada que:

- 8.1.1.** Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
- 8.1.2.** Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3.** Dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- 8.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 8.1.6.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.8.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 8.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 8.2.1.** Advertência, notificada por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da Empresa, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;
- 8.2.2.** Multa no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor dos serviços/fornecimentos não realizados, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 30% (trinta por cento);
- 8.2.3.** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores de Guarimir, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 8.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.2.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.3. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado com a proposta, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Esta Ata de Registro de Preço e o Edital de Pregão Eletrônico nº 87/2023 – PMG e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado específico e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Guarimir, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata de Registro de Preços ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.





PREFEITURA DE
GUARAMIRIM

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preço, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Guaramirim (SC), xx de xxxxxxx de 2023.

Assinatura do responsável legal pela empresa

CPF nº -----

MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

Luis Antonio Chiodini

GUARAMIRIM



PREFEITURA DE GUARAMIRIM

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2023 – PMG MODELO PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DA EMPRESA: _____
CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____
ENDEREÇO COMPLETO: _____
RUA: _____ Nº _____ BAIRRO: _____
CEP: _____ CIDADE: _____ (UF) FONE: () _____
E-MAIL: _____

Apresentamos nossa proposta para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR E ITENS DE HIGIENE PESSOAL, A FIM DE ATENDER AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS: ESCOLAS, PRÉS E CEIS, E AS CRIANÇAS ACOLHIDAS NO LAR DA CRIANÇA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)**, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Eletrônico nº 87/2023 – PMG, acatando todas as estipulações consignadas no edital, conforme abaixo:

Item	Quantidade	Unidade	Serviço	Marca	Valor Unitário	Valor Total

Obs.: **Declaro que essa proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do presente Edital.**

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 9.3.5 do Edital).

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar a Ata de Registro de Preços no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

Banco: _____ Agência: _____ C/C: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF: _____ Cargo/Função: _____

RG: _____ Órgão Expedido: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal





PREFEITURA DE
GUARAMIRIM

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2023 – PMG

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

AO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2023 – PMG

A empresa _____, CNPJ sob o nº _____, com sede na
_____, nº _____, bairro _____, município de _____ (____),
declara, sob as penas da Lei, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado
contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida
para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

(Local) _____ (____), em _____ de _____ 2023.

Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.





PREFEITURA DE GUARAMIRIM

ANEXO V PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2023 – PMG

TERMO DE REFERÊNCIA

Obs.: Os interessados deverão retirar cópia do Termo de Referência no web site do Município de Guaramirim, <https://guaramirim.atende.net>, ou no Sistema Portal de Compras Públicas no mesmo local de download do Edital.

ANEXO VI PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2023 – PMG

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Obs.: Os interessados deverão retirar cópia do Estudo Técnico Preliminar no web site do Município de Guaramirim, <https://guaramirim.atende.net>, ou no Sistema Portal de Compras Públicas no mesmo local de download do Edital.

